

NOVA ROTINA

Governo pretende economizar R\$ 20 milhões com jornada de 8h

Servidores estaduais terão que trabalhar das 7h30 às 17h30, com intervalo de até duas horas para almoço

LUANA RODRIGUES
NATÁLIA YAHN

O governo do Estado espera economizar R\$ 20 milhões por ano com a retomada da jornada de oito horas de trabalho dos servidores estaduais. Conforme o secretário de Administração e Desburocratização, Roberto Hashioka, a economia será pela diminuição do pagamento de horas extras. A medida deve atingir 16 mil servidores e a proposta do governo é que comece a valer já a partir do dia 15 de abril.

“Hoje, a gente paga hora extra para quem faz mais de seis horas, apesar de os servidores ganharem por 40 horas semanais”, afirmou o Hashioka.

Na última segunda-feira (12), o secretário já havia afirmado que se não puder contar com os servidores que passaram para o concurso de 40 horas, terá de fazer novas contratações. “A demanda exigirá. A princípio, [a medida] não teria impacto financeiro negativo, pois nós já pagamos salário de 40h. Teríamos acréscimo de vale transporte, em compensação não teríamos que pagar por horas extras e plantões”, explicou.

Segundo minuta do decreto

Saiba

Menos comissionados

Segundo o governo estadual, o acréscimo nas horas de trabalho é equivalente à contratação de 4 mil servidores.

que deve definir a nova jornada de trabalho dos órgãos estaduais, os servidores terão que trabalhar das 7h30 às 17h30, com dedicação integral ao serviço, podendo ser convocados sempre que a administração precisar.

Ainda conforme o documento, o servidor poderá fazer intervalo de uma até duas horas de almoço, a ser definido pelo titular de cada órgão. Já repartições públicas nas áreas de saúde, sanidade animal e vegetal, educação e segurança poderão ter expedientes adequados às necessidades do governo.

JUDICIÁRIO

A exemplo do governo do Estado, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) tam-



VALDENIR REZENDE

CONTROLE. Governo vai administrar frequência por meio de ponto eletrônico e folhas com assinatura

bém estuda aumentar a carga horária dos servidores. Ainda sem divulgar informações para o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (Sindjus-MS), a única confirmação é a de que o TJMS criou uma comissão para analisar o assunto.

“Não sabemos se vão checar carga horária ou outra coisa. O

sindicato não foi convidado a participar. Oficiamos o presidente do TJ (desembargador Paschoal Carmello Leandro) para esclarecer se veio com o intuito de fazer a reestruturação dos cargos”, explicou o vice-presidente da Direção Geral do Sinjus-MS, que também é coordenador geral do Fórum dos Servidores, Fabiano Reis.

PDV

Também na pauta da Secretaria de Administração e Desburocratização, o parcelamento do Plano de Demissão Voluntária (PDV) será feito de acordo com o rendimento bruto do servidor, segundo explicou ontem o secretário de Administração e Desburocratização, Roberto Hashioka.

“É de acordo com o valor do rendimento, de forma que o valor da parcela não pode ser maior que o rendimento bruto do servidor atualmente. Não está fechado um limite de parcelas, mas se a gente fizer uma suposição, se [o servidor] tem dez anos trabalhados, vai receber em 13 meses, que é a indenização, mais 30% de bonificação. Para ficar no valor do salário bruto, a bonificação será dividida em meses”, explicou.

O secretário afirmou ainda que o governo não tem previsão de qual será a taxa de adesão ao plano. “Não temos isso ainda. Eu acho que quem pode ficar atraído pelo PDV é aquele servidor que tem uma atividade privada e, eventualmente, a jornada de oito horas vai interferir na sua vida profissional”, disse.

Desde o fim do ano passado, o Plano de Demissão Voluntária está sendo estruturado pelo governo. A previsão é de que ele seja entregue na Assembleia Legislativa até o dia 15 de março, onde passará por votação dos deputados estaduais. Até lá, a gestão estadual fará reuniões com sindicatos para debater o projeto.

DECISÃO

Justiça manda retomar concurso da Polícia Civil

O governo de Mato Grosso do Sul tem até amanhã para retomar o concurso da Polícia Civil, que está suspenso desde o dia 26 de outubro do ano passado.

De acordo com decisão do Desembargador Nélio Stábile, o Estado tem um prazo de dois dias, a contar da data de ontem, para comprovar o prosseguimento do concurso e dar início ao curso de formação,

sob pena de responsabilização por incidência de descumprimento de ordem judicial.

Conforme o desembargador, a ordem é uma maneira de se fazer cumprir decisão do dia 11 de janeiro, que determinava a retomada do concurso em um prazo de 10 dias, sob pena de multa de R\$ 10 mil por dia de atraso, mas que não foi cumprida.

O concurso para escrivão

e investigador de Polícia Civil foi realizado nos dias 8 e 9 de setembro de 2018, mas foi suspenso no dia 26 de outubro pelo juiz David de Oliveira Gomes Filho, da 2ª Vara de Direitos Difusos e Coletivos de Campo Grande.

O magistrado atendeu pedido do promotor Marcos Alex Vera de Oliveira, da 30ª Promotoria do Patrimônio Público de Campo Grande, após

denúncias de vazamento do conteúdo aplicado na prova de digitação.

Conforme o Ministério Público, apesar de ter sido vedado aos candidatos deixar o local do exame levando consigo a folha da prova de digitação, algumas pessoas, sobretudo do primeiro grupo de candidatos, teriam levado consigo o exame e divulgado. **(LR)**

ABANDONADO

Empresário americano visita Aquário do Pantanal

Representante de empresa americana responsável pelo material em acrílico instalado no Aquário do Pantanal esteve ontem visitando a obra, em Campo Grande. A visita foi acompanhada pelo vice-governador e secretário estadual de Infraestrutura (Seinfra), Murilo Zauith. “Eu recebi um responsável pela empresa que fez o acrílico, uma pessoa só, que pediu para conhecer a obra. Depois, eles (técnicos) vão voltar para verificar os materiais e vou convidar a todos para participar”, disse.

Prevista para o fim deste mês, a retomada da licitação do Aquário do Pantanal ainda depende desta vistoria de técnicos estrangeiros em equipamentos já instalados na obra. Além da verificação nas placas em acrílico, aparelhos do sistema de filtragem precisam ser testados, já que nunca foram colocados em funcionamento. “Os equipamentos já estão montados, mas nunca foram usados e vieram da Espanha.



VALDENIR REZENDE

PREJUÍZO. Obra está parada desde 2014 e apresenta danos em peças da estrutura externa e interna

Funciona assim: são quatro tanques, esses tanques têm bombas, que ficam rodando a água, as bombas são importadas e nunca foram postas em funcionamento, então eles precisam vir ver”, explicou, em entrevista no dia 8 de março.

O secretário afirmou que a demanda não deve interferir

no prazo dado por ele para retomada da licitação da obra. “Nós já estamos em contato com eles, estava dentro da nossa programação”, disse.

Zauith lembrou que o Aquário do Pantanal é um projeto excepcional, com peças estrangeiras, o que exige do governo bastante diálogo com as em-

presas responsáveis pelas peças da obra, antes da abertura da licitação.

Iniciada em 2011, a obra do Centro de Estudos e Pesquisas da Ictiofauna Pantaneira está parada desde 2014, já consumiu mais de R\$ 240 milhões e apodrece em decorrência do abandono. **(LR)**

PROGRAMA

Técnicos do Sírio-Libanês visitam Regional

O Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS) recebeu ontem visita de técnicos do Hospital Sírio-Libanês, que tem unidades em São Paulo e Brasília. Conforme a Secretaria Estadual de Saúde (SES), o objetivo do encontro é iniciar a implantação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-Sus) no HR.

O programa é financiado com recursos de isenção fiscal (Cofins e cota patronal do INSS), concedidos aos hospitais filantrópicos de excelência, reconhecidos pelo Ministério da Saúde, e que apoiam a promoção da melhoria das condições de saúde da população brasileira. Sendo assim, os técnicos do Sírio-Libanês oferecerão uma consultoria aos do Regional para elaboração do plano exigido na adesão ao programa.

A visita contará com a presença do secretário de Estado de Saúde, Geraldo Resende, e do diretor presidente do HRMS, Márcio Eduardo de Souza Pereira. **(LR)**

PREVIDÊNCIA

Greve deixa alunos sem aulas no dia 22

Os profissionais da educação farão uma paralisação no dia 22 de março, em protesto contra a Reforma da Previdência, proposta pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL). Com isso, alunos da Rede Municipal e Estadual ficarão sem aulas.

De acordo com a Federação do Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), a mobilização é nacional. No Estado, filiados de 74 Sindicatos dos Trabalhadores em Educação (Sinted's) do Estado participarão do protesto, em Campo Grande. A concentração está marcada para as 9h, na Praça do Rádio.

A Fetems também iniciou um abaixo-assinado contra a Reforma. No texto que incentiva a assinatura on-line, a Federação afirma que o governo “acaba com direito à aposentadoria, no entanto, não cobra os grandes devedores da Previdência; não acaba com as isenções fiscais que beneficiam empresários e não mexe nas aposentadorias dos militares”. **(LR)**

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO

COMARCA DE CAMPO GRANDE - ESTADO MATO GROSSO DO SUL

EDITAL EXTRAJUDICIAL

INTIMA: FRANCISCO DE FATIMA SOUZA QUEIROZ | INTIMA: GILMA ALVES MARCONDES QUEIROZ

João Gilberto Gonçalves Filho, Oficial do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária de Campo Grande-MS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 26, da Lei nº 9.514/97, FAZ SABER que atendendo solicitação feita pelo **BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, CNPJ nº 32.568.821/0001-22, com sede em Osasco/SP, na qualidade de credor fiduciário, nos termos do Contrato por Instrumento particular de compra e venda do bem imóvel, com caráter de escritura pública, com recursos advindos de fundo comum de grupo de consórcios e pacto adjecto de constituição e alienação da propriedade fiduciária em garantia, legalmente autorizado na forma da Lei 9.514/97, firmado em 19.08.2011, referente ao imóvel situado na Rua do Catete, Lote 05 Quadra 10, Jardim Monte Líbano, Campo Grande/MS, objeto da matrícula sob nº 233.275 deste Cartório de Registro de Imóveis - ia C.R.I., ficam **INTIMADOS** a comparecerem a este Serviço Registral, situado à Rua Barão do Rio Branco, 1.079, os devedores fiduciários: **FRANCISCO DE FATIMA SOUZA QUEIROZ**, CPF nº 106.508.141-34 e **GILMA ALVES MARCONDES QUEIROZ**, CPF nº 840.839.561-00, ou alguém por eles, a fim de efetuarem o pagamento das prestações em atraso do referido imóvel, mais taxas cartorárias e parcelas que vencerem até a data do efetivo pagamento. Em decorrência da publicação do presente Edital, os citados devedores fiduciários serão considerados intimados e terão o prazo de 15 (quinze) dias para satisfazerem seus débitos, sob as penas da lei, tendo em vista que nas diligências feitas pelo Oficial de Justiça os mesmos não foram localizados nos endereços fornecidos pelo credor, estando em lugar ignorado, incerto e inacessível.

João Gilberto Gonçalves Filho
Oficial do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária de Campo Grande-MS